

## **Desafios ambientais e legislativos para o futuro do negócio do vinho**

(George Sandeman, 13-04-2012)

Esta Conferência lembra-me uma visita que fiz ao médico há alguns anos. Ele disse-me que estava com peso a mais, problemas de tensão arterial e colesterol – estava tudo mal! Aconselhou-me a fazer uma dieta, deixar de beber vinho! Pior, beber água! Fazer exercício!

Bom, pensei, é sexta-feira (como hoje) – amanhã é sábado, depois vem o domingo, assim a dieta começa na segunda-feira! Depois das apresentações que temos visto, temos de assegurar que na segunda-feira nos vamos mesmo lembrar que é preciso agir!

Gostaria de começar por agradecer à ADVID o convite para fazer parte desta Conferência que poderá marcar um momento fulcral em Portugal na sensibilização do impacto que a mudança do clima terá nas nossas vidas.

Quero felicitar esta iniciativa não só pelo seu mérito científico, mas também porque nos ajuda - aos gestores que lidam no dia-a-dia com os desafios do negócio, da produção e da venda de vinho - a focar a nossa atenção (como me foi dito mesmo ontem) em "algo que é importante .... mas não urgente".

O nível de consciência que temos, ou a falta dela, sobre este assunto só realça a necessidade de fazer conferências com esta.

O degelo das calotas polares, com as suas fotografias de indefesos e enalhados ursos polares, e a ameaça crescente da subida dos níveis dos mares são amplamente divulgados pelos media com um certo gosto dramático mas, para avaliar completamente o impacto das alterações climáticas, é importante compreender de que forma tal afecta a sociedade e o ambiente natural.

Além da subida dos níveis dos mares e do degelo das calotas polares, os registos recordes de temperaturas elevadas, as fortes tempestades e as secas estão a tornar-se cada vez mais comuns. Alterações das temperaturas e dos padrões pluviais alteram o

comportamento animal e vegetal e têm implicações vastas e significativas para os seres humanos, que muitas vezes não temos em consideração:

Por exemplo,

- **O calor extremo** – que faz as crianças e os mais idosos sofrerem de desidratação;
  
- **A má qualidade do ar** - dê uma olhadela na linha de poluição da região metropolitana do Porto na próxima vez que atravessar o Marão;
  
- **Os alérgenos e alergias** - temperaturas mais elevadas e maiores concentrações de dióxido de carbono na atmosfera estimulam o crescimento mais rápido de algumas plantas, que amadurecem mais cedo e produzem alérgenos mais potentes;
  
- **A diminuição da água potável** - tanto a quantidade como a qualidade a serem afectadas devido aos sistemas de esgotos municipais que transbordam aquando de chuvas extremas ou, noutra cenário, ao aumento do nível do mar que dá origem à entrada de água salgada nas condutas subterrâneas de abastecimento de água potável, especialmente nas áreas costeiras mais baixas e levemente inclinadas;
  
- **Rendimentos reduzidos** - a produtividade da pecuária e das culturas, incluindo a produção de vinho, podem diminuir devido às altas temperaturas e ao stress relacionado com a seca, criando pressão na cadeia alimentar.

Na verdade, é um cenário dramático e preocupante e as consequências referidas nas apresentações de hoje devem levar-nos a pensar seriamente e a agir em coordenação.

Estando aqui numa Conferência que fala de um desafio tão relevante e de tão grande impacto como é o das alterações climáticas na viticultura global, nacional e regional, sinto-me um pouco insignificante ao abordar o assunto de *Desafios ambientais e legislativos para o futuro do negócio do vinho* – e, sem perder de vista o desafio que é a “mudança de clima”, existem desafios legislativos em curso que estão assustadoramente próximos, para não dizer imediatos.

Com sabem, o meu trabalho hoje está relacionado com os processos de “lobby” em que, de forma transparente, tentamos criar as condições na área “pré-concorrencial”- quer dizer antes da colocação do produto no mercado - para permitir o desenvolvimento de negócio responsável e sustentável.

O sector vitivinícola do “velho mundo” tem sido míope em relação a tudo o que não são os desafios da distribuição moderna e a luta contra a invasão dos vinhos do novo mundo.

É evidente que sem vendas, sem distribuição e sem consumidores não há razão para plantar, granjear, recolher ou vinificar. Mas a minha pergunta tem de ser “como vai essa coisa de desenvolver negócios sustentáveis e responsáveis?” ou talvez “***o que é urgente?***”

É mesmo esta matéria que pretendo abordar nos próximos 10 minutos, com um alerta sobre assuntos que vão desde o “imediato” ao “longo prazo”.

Como tem vindo a ser adivinhado ao longo dos últimos cinco anos, nos próximos 5 anos o sector de vinho em Portugal terá uma conjugação de assuntos “pré-concorrenciais” resultantes de 5 dossiers com grande impacto no negócio de vinhos.

O primeiro é o dossier “**Informação ao Consumidor**” que prevê o início da rotulagem de alergénios a partir do fim de Junho 2012. Mas isto é só o começo da obrigatoriedade de colocar informação para o consumidor, pois é previsível que dentro dos próximos 3 anos seja também definida a inclusão de valores calóricos e de ingredientes.

O impacto para os exportadores será a necessidade de colocar a informação no idioma do país do consumidor final – como actualmente é exigido com os “sulfitos” – mas com o tamanho mínimo de 1,2mm, significando um aumento de apresentações do mesmo produto. Sempre optimistas, trabalhamos com a esperança de se conseguir mudar o quadro legislativo para permitir o uso de pictogramas – mas é um processo que ainda vai demorar pelo menos 3 anos.

A seguir, o Nº2, é o vasto dossier “**Álcool e Saúde**” que aborda toda a área relevante para a redução dos malefícios atribuídos ao consumo abusivo de bebidas que contêm álcool.

Aqui, os esforços da Organização Mundial de Saúde (em Genebra e na Região Europeia), da DG Sanco da Comissão Europeia e da Direcção Geral de Saúde em Portugal, trazem-nos algumas preocupações. Aliás, é só ler as notícias e declarações do Secretário de Estado da Saúde para entender que a legislação vai mudar.

O consumo de álcool per capita na Europa é o mais alto do mundo e em países como Portugal (nº5 no mundo) representa 14.1 litros de álcool puro por pessoa por ano. Mas é isto muito ou pouco?

Bom, tem a ver com os padrões de consumo – e o estudo da própria OMS publicado há duas semanas classifica o Sul da Europa com comportamentos de consumo significativamente mais saudáveis que os dos países Nórdicos, com os seus impostos altos, monopólios e proibição de publicidade.

É este princípio de consumo moderado praticado no sul da Europa que forma a base do programa “Vinho com Moderação”, que visa informar o consumidor sobre os benefícios e riscos de um consumo de vinho moderado, ligado a uma alimentação equilibrada e ao exercício físico, como parte de uma vida saudável.

Contudo, o abuso do qual a nossa sociedade é espectadora (binge drinking entre jovens, álcool e condução) traz uma pressão constante com ameaças de legislação para controlar o marketing e distribuição de vinhos (ver França), implementação de preços mínimos (ver Reino Unido), impostos especiais sobre o consumo e rotulagem com avisos (ver África do Sul)

Nº 3, o dossier “**Fiscal**” - trabalha para juntar o útil ao desagradável: quer dizer, da necessidade política de tomar medidas de expediente para diminuir o abuso de álcool à necessidade de angariar fundos para os cofres de qualquer estado com necessidades

financeiras. Este dossier “Fiscal” passa por uma tentativa de reestruturar as bandas fiscais de todas as bebidas que contêm álcool e o seu subsequente aumento de impostos especiais de consumo, o IVA e o fim da taxa “0” para os vinhos.

E, assim, chegamos ao 4º dossier de impacto sobre o nosso negócio – o dossier “**Ambiente**” com os seus diversos componentes: “Pegada CO2 comercial”, o “lightweighting”, o Engarrafamento perto do Consumidor e o SO2 Biocida.

Destes, o mais imediato será a proibição de SO2 como biocida a partir de Julho 2012, acabando efectivamente na Europa com o uso deste químico na limpeza das barricas.

Por outro lado, podemos antecipar um aumento das exigências dos nossos clientes para a redução do peso do vidro (“lightweighting”) das garrafas, como é agora exigido no Canadá e, paralelamente, os cálculos e registos da pegada de CO2 na produção e transporte do vinho até o consumidor. Prevemos que esta informação venha a ser também, futuramente, exigida no rótulo ou alternativamente serão exigidas compensações monetárias àqueles que não cumprem - ou meramente a recusa de listagem do produto pelo retalho.

A componente mais distante, mas que já começa a estar no horizonte para nós, é o engarrafamento mais perto do consumidor. Além de reduzir o transporte desnecessário de vidro, resolve uma preocupação grande sobre a reciclagem de garrafas importadas pelos países consumidores do norte da Europa.

A prática de engarrafar mais perto do consumidor já foi adoptada por produtores de vinhos Australianos e Californianos que concentram o engarrafamento dos seus vinhos para a Europa em Itália ou na Alemanha.

Para as DOPs/IGPs da Europa isto vai trazer mais um novo desafio – a certificação do produto à distância (noutro país) – e para o exportador vai adicionar o custo desta certificação!

O último dossier, o N.º 5, traz-nos de volta às "**Alterações Climáticas**" e ao impacto directo que terá no nosso sector.

Em 2010, um ano temperado com um verão fresco, enquanto nós tivemos noites tropicais na Quinta do Caedo da Sogrape Vinhos (confirmado pela nossa estação meteorológica local), as nossas Quintas da Leda, Boavista e também Caedo receberam mais energia térmica do que Jerez de la Frontera num ano médio!

Greg Jones mostrou-nos que já existe uma mudança notável nas temperaturas (+ 1°C) entre a média de 1931-1960 e a média de 1950-2000. Usando o melhor cenário, em 2050 a região será 1,5°C mais quente do que agora, o que significa que até 2080 20% da região vai ser demasiado quente para vinhas de qualidade.

Como vamos gerir as consequências deste impacto das alterações climáticas?

A irrigação ampla nesta região é uma impossibilidade física, bem como um processo político sensível - mas, mesmo se aprovada e implementada, haverá água disponível?

Um redesenho das vinhas, mudando-as da tradicional preferência de encostas viradas a sul para encostas viradas a norte e a leste ou um aumento na altitude, podem ser opções mas, tal significará uma revisão do método do sistema de classificação da vinha criado por Moreira da Fonseca – e como é que isto afectará os produtores individuais?

Esta mudança na localização das vinhas de qualidade pode, também, dar origem a mudanças na adequação vitícola do território da RDD com impacto na população, bem como iniciativas legislativas no controle e atribuição de recursos hídricos ou consequências no controle da erosão.

A verdade é que o nosso passado tem sido construído numa base de cultivar-vinificar-vender e hoje, a estes desafios naturais, temos de acrescentar uma série de novos requisitos resultantes de política social, higiene e saúde, ambiente e mudança de clima.

São todos requisitos com bases fundamentadas, propostos por pessoas com as melhores das intenções - mas para o sector vitivinícola implica novas formas de se organizar e agir.

E é daqui que vem a minha última palavrinha – “associativismo “ – o associativismo em Portugal é notoriamente fraco, sendo para muitos um custo e uma confusão que dá resultados lentos e pouco definidos.

Mas a verdade é que sem associações e clusters onde podemos juntar recursos e forças para cooperar, estudar, coordenar e influenciar – de forma transparente – o desenvolvimento e implementação destes requisitos e de novos desafios, torna-se tudo mais complicado.

Assim, é cada vez mais importante trabalhar de forma coordenada para assegurar o desenvolvimento do negócio de vinho de forma responsável e sustentável.

E, na segunda-feira podemos ir todos juntos ao médico!

Obrigado!